

60 ANOS DO GOLPE MILITAR

Protesto na rua e o silêncio de Lula

Ato em São Paulo e manifestações de vítimas, familiares e até ministros do governo marcam a data, mas presidente não se pronuncia

» EVANDRO ÉBOLI

O 31 de março dos 60 anos do golpe militar foi marcado por protestos contra o regime de exceção em várias capitais, por manifestações de ataques à ditadura — como as da ex-presidente Dilma Rousseff e de ministros do governo — por discursos de familiares e vítimas em frente a centros de tortura, mas também pelo silêncio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que vetou atos oficiais críticos ao golpe. A mobilização foi apenas o início de uma série de eventos previstos para lembrar os anos de chumbo, que vão seguir durante esta semana.

Lula passou o dia, ontem, sem qualquer publicação nas suas redes sociais sobre o assunto. O presidente entende que atos oficiais de seu governo poderiam melindrar as Forças Armadas, segmento ao qual tenta se aproximar.

Dilma lembrou daqueles companheiros de luta contra os militares, que foram mortos e desaparecidos. Ex-ministro da Justiça de Lula, Flávio Dino deu seu voto no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o poder moderador militar e classificou a ditadura como “abominável”.

O mais atingido pelo veto do presidente a manifestação oficial sobre o tema, o ministro dos Direitos Humanos, Silvío Almeida, que cancelou atos, não deixou de se pronunciar nas redes (**leia reportagem na página 4**).

Pelo menos um dos integrantes do governo, o ex-deputado Nilmário Miranda — que é assessor especial da Defesa da Democracia, Memória e Verdade —, participou de um ato público, em São Paulo e discurso. Ele compareceu à 4ª Caminhada do Silêncio, que se concentrou em frente à sede do antigo Doi-Codi (Destacamento de Operações de Informações — Centro de Operações de Defesa Interna), onde funcionou um local de tortura.

Miguel Schincariol/AFP



Familiares e militantes participaram da 4ª Caminhada do Silêncio, que se concentrou em frente à sede do antigo Doi-Codi, em São Paulo



Falta uma placa bem grande dizendo que neste local foram assassinados 54 brasileiros, sob o comando de Ustra, o carrasco do povo brasileiro

Criméia Almeida,
vítima da ditadura

Nilmário tocou em algo sensível ao Palácio do Planalto e disse que “a luta pelos mortos e desaparecidos é política de Estado, e não está submetida a nenhum limite”.

Lula resistiu em assinar o decreto que reinstala a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, extinta no apagar das luzes do governo de Jair Bolsonaro.

Todo-poderoso no primeiro mandato do petista (2003 a 2006), o ex-ministro José Dirceu também esteve no protesto em São Paulo. Afirmou que ele e outros companheiros ali presentes têm um “compromisso irrenunciável” na luta pela memória dos companheiros que caíram lutando contra a ditadura.

“Somos o único país em que militares não responderam pelos crimes cometidos durante a ditadura. E ainda tivemos núcleos das Forças Armadas que sustentaram o governo de Jair Bolsonaro, que foi um governo civil-militar”, frisou Dirceu.

Autoras da ação judicial que reconheceu e declarou o coronel do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra como torturador, as irmãs Amelinha e Criméia Telles, alvos da violência do militar, estiveram no ato. As duas ficaram presas naquele Doi-Codi.

“Aqui, funcionou uma delegacia de polícia de fachada. Aqui, fomos estupradas, violentadas, torturadas. Assistimos a assassinatos comandados por Ustra”,

enfatizou Amelinha.

“Há 50 anos, eu estava sendo torturada aqui, nesse prédio. Felizmente, hoje estamos aqui, nos reunindo, mas ainda falta uma placa bem grande dizendo que neste local foram assassinados 54 brasileiros, sob o comando de Ustra, o carrasco do povo brasileiro”, emendou Criméia.

Durante os anos em que tramitou a ação pedindo o reconhecimento de Brilhante Ustra como torturador, a defesa do militar sempre negou as acusações. Em vários documentos anexados ao processo, os advogados de Ustra argumentam que ele “nunca participou de sessões de tortura ou de qualquer atividade ilegal descrita pelos autores na inicial”.

“Função militar é subalterna”

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), se posicionou contra a tese de que as Forças Armadas são poder moderador. Ele entendeu que essa é uma interpretação incorreta do artigo 142 da Constituição. O voto do magistrado foi relativo à ação direta de inconstitucionalidade sobre os limites para a atuação das Forças Armadas, movida pelo PDT em 2020.

Dino acompanhou o relator, Luiz Fux. O outro voto na mesma linha foi o do presidente do STF, Luís Roberto Barroso.

O ex-ministro da Justiça lembrou da ditadura e a classificou como “um período abominável da nossa História”. Frisou que houve uma interrupção da democracia no Brasil durante o período em que os militares ocuparam o poder.

“Tal tragédia institucional resultou em muitos prejuízos à nossa nação, grande parte irreparáveis. No plano das instituições jurídicas, os danos se materializaram, por exemplo, nas brutais e imorais cassações das investidas de três ilustres ministros do Supremo Tribunal Federal: Hermes Lima, Victor Nunes Leal e Evandro Lins e Silva”, destacou.

Sobre os limites das Forças Armadas, Dino ressaltou que a função militar é subordinada aos Poderes, e não superior a eles. “Com efeito, lembro que não existe, no nosso regime constitucional, um “poder militar”. “O poder é apenas civil, constituído por três ramos unidos pela soberania popular, direta ou indiretamente. A tais poderes constitucionais, a função militar é subalterna, como aliás consta do artigo 142 da Carta Magna”, escreveu. O julgamento ocorre no plenário virtual.

Dilma: “Traição à democracia”

Presas, condenada e torturada pela ditadura militar, a ex-presidente Dilma Rousseff deixou de lado a recomendação deste governo para que se esqueça os 60 anos do golpe e se manifestou, ontem, sobre o 31 de março.

Ela postou comentários em suas redes e afirmou que manter a memória e a verdade histórica sobre o golpe é “crucial para assegurar que essa tragédia não se repita, como quase ocorreu recentemente, em 8 de janeiro de 2023”.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou atos e manifestações oficiais críticos ao regime militar, como revelou o **Correio**.

A petista fez citações ao dia em que golpistas bolsonaristas vandalizaram as sedes do Supremo Tribunal Federal (STF), do Palácio do Planalto e do Congresso Nacional.

Dilma ficou presa em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Juiz de Fora (MG) no período

da repressão. Na oposição ao regime, integrou grupos como o Comando de Libertação Nacional (Colina) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

A ex-chefe do Executivo escreveu que, no passado, como agora, “a História não apaga os sinais de traição à democracia e nem limpa da consciência nacional os atos de perversidade daqueles que exilaram e mancharam de sangue, tortura e morte a vida brasileira durante 21 anos”.

E concluiu o pensamento: “Tampouco resgata aqueles que apoiaram o ataque às instituições, à democracia e aos ideais de uma sociedade mais justa e menos desigual. Ditadura nunca mais!”

Dilma ainda lembrou a queda do ex-presidente João Goulart, “legitimamente eleito”, que foi “derrubado e morreu no exílio”.

A ex-presidente foi condenada a seis anos e um mês de prisão, além ter os direitos políticos

cassados por 10 anos, mas conseguiu a redução da pena junto ao Superior Tribunal Militar (STM) e saiu da prisão no fim de 1972.

No governo de Jair Bolsonaro, a Comissão de Anistia da época — composta por vários militares — negou o pedido de condição de anistiada política a Dilma e, por consequência, seus desdobramentos pecuniários, como a reparação econômica. Seu pedido na comissão foi protocolado há 22 anos. A decisão contra a petista foi unânime, com 12 votos contra ela.

Dilma requereu prestação mensal de R\$ 10,7 mil pelo prejuízo de ter que se afastar de seu emprego na Fundação de Estatística do Rio Grande do Sul, em meados dos anos 1970 e por eventuais promoções. E pediu que seja contado para efeito de aposentadoria seu tempo de perseguição, que totalizou 21 anos. Em 1979, teve que abandonar o curso de economia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Arquivo Nacional da Comissão da Verdade



A ex-presidente Dilma Rousseff foi presa, condenada e torturada pela ditadura militar. Ela busca reparação

Arquivo Nacional da Comissão da Verdade



A ex-presidente, então, recorreu à Justiça e, em fevereiro de 2023, obteve uma vitória parcial, que foi a concessão da condição de anistiada política e o direito a uma indenização por danos morais de R\$ 400 mil. A prestação lhe foi negada.

Em maio, porém, a Advocacia-Geral da União (AGU) recorreu da decisão, contra Dilma. A União, que é a ré, entendeu que esse valor é muito alto e argumentou no recurso que “é flagrante a desarrazoabilidade do valor arbitrado pelo

magistrado (de R\$ 400 mil), o qual está muito além da média de valor que vem sendo concedido pela jurisprudência em situações que haja o reconhecimento da condição de anistiado político”. O caso ainda não teve um desfecho. (EE)